

A questão das crianças-soldado na Libéria

Maria Eduarda Guerra

Por toda a sua história, a Libéria enfrentou uma série de problemas – políticos, econômicos, e sociais, os quais acabaram por desencadear dois conflitos civis: em 1999 e em 2003. Durante estes períodos, a aniquilação da população, especialmente de homens adultos, levou todas as partes envolvidas a substituírem a força perdida por crianças e adolescentes, as quais foram forçadas a cometer e presenciar assassinatos, torturas, e abusos sexuais, além de terem sido submetidas a estas violações (Tate, 2004, p.1). Todavia, mesmo após quase vinte anos desde o fim das lutas, as ex-crianças soldados – agora já adultas – ainda enfrentam uma série de obstáculos para se reintegrarem plenamente à sociedade liberiana.

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que, durante as duas guerras civis, cerca de 20 mil crianças tenham combatido, representando mais de 70% da força dos grupos e facções armadas (Tabak, 2009, p. 31). Seu uso vêm desde o início da primeira guerra civil, em 1989, com a chegada de Charles Taylor e da Frente Nacional Patriótica da Libéria (NPFL, na sigla em inglês) ao cenário político do país, em 1989. A NPFL ganhou bastante notoriedade, entre outras razões, devido às Small Boys' Units (Unidades de Pequenos Meninos, ou SBUs), que acabaram se difundindo pelos demais grupos (Tate, 2004, pp. 7 e 11).

Embora a maioria das crianças tenha sido sequestrada pelas forças governamentais e facções rebeldes durante prisões em massa, ataques a campos de refugiados e deslocados internos, algumas decidiram lutar voluntariamente, como forma de vingar seus familiares e a si mesmos por possíveis abusos sofridos, para obter alguma proteção em meio ao conflito, ou por entenderem esta como a única forma viável de sobrevivência. Ao chegarem nos acampamentos, todos os menores, independentemente de gênero, os combatentes mirins recebiam treinamentos para operar armas automáticas, morteiros e granadas de propulsão a foguetes, assim como aprendiam a manobrar em combate, a se esconder, e a marchar, sendo frequentemente os primeiros enviados para as linhas de frente (Tate, 2004, p. 17). Com o fim do primeiro conflito, em 1997, muitas crianças decidiram abandonar as facções para participar dos programas de desarmamento e desmobilização; contudo, o financiamento limitado e a insegurança em campo dificultaram a reabilitação dos jovens ex-combatentes, os quais foram facilmente recrutados novamente quando o segundo conflito começou, em 2000 (Tate, 2004, p. 7).

Além de servirem como soldados, as crianças desempenhavam outras funções, como carregadoras, cozinheiras, faxineiras e espiãs, além de serem designadas como guarda-costas ou assistentes pessoais dos comandantes. De modo mais geral, as crianças mais novas serviam como ajudantes, enquanto as mais velhas lutavam, embora houvessem exceções. A intensidade dos

combates também determinava qual papel os combatentes desempenhariam: em um dia, eles poderiam servir como carregadores, e, no outro, seriam convocados para a luta armada. Como eram as primeiras a serem enviadas para as linhas de batalha, muitas crianças relataram o medo da própria morte, de verem outras pessoas morrendo, assim como o sentimento de culpa após cometerem assassinatos, enquanto outras demonstravam orgulho pelos seus atos (Tate, 2004, p. 14-15). Muitas destas últimas, inclusive, não se entendiam como “crianças soldados”, mas como “combatentes da liberdade”, tornando-se “soldados” ao chegar à maioridade (Young, 2012, p. 5).

Em todos os grupos armados, as meninas atuavam como combatentes (nos casos das meninas mais velhas e das mulheres mais jovens) e ajudantes (função desempenhada pelas meninas mais novas – embora houvessem exceções, e algumas participassem das lutas). Aquelas que lutavam eram reconhecidas como “particularmente ferozes”, demandando respeito de seus colegas homens, além de conseguirem evitar os abusos e assédios sexuais ao servirem como recrutadoras para outras meninas. Contudo, as mais novas eram frequentemente estupradas e agredidas sexualmente, tanto no momento de seu recrutamento, quanto ao longo do tempo em que lutaram junto às facções rebeldes, servindo como “esposas” para os comandantes (Tate, 2004, p. 21).

Com o fim definitivo dos conflitos, em 2003, muitas das ex-crianças soldados se inscreveram nos processos de desarmamento, desmobilização, reabilitação e reintegração (DDRR), na esperança de serem reinseridas na sociedade, e de se reunirem com seus familiares. Todavia, os programas de reintegração criados pelo governo liberiano e pelas agências ocidentais de auxílio pouco ajudaram-nas a retornar às suas vidas normais, e, conseqüentemente, as crianças permaneceram desamparadas, longe de suas famílias e de oportunidades de educação e, ao longo prazo, de emprego (Tate, 2004, p. 27). A situação se tornou ainda mais delicada para as meninas, pelo fato de serem malvistas na sociedade, devido ao seu passado como combatentes e “esposas” dentro das facções, o que as levou a viverem em favelas e a se envolverem com a prostituição para sobreviver. O fato de as mulheres terem combatido também significa, perante à sociedade liberiana, que elas ultrapassaram as normas sociais de comportamento, sendo consideradas como “não-femininas”, depravadas e indecentes, o que as impediu de casar e constituir uma família (MacDougall, 2013, pp. 8-9).

A continuidade das turbulências políticas na Libéria também prejudicou qualquer perspectiva de vida que os ex-combatentes mirins poderiam ter. Durante o segundo mandato de Ellen Johnson-Sirleaf na presidência (2012-2018), a ausência de oportunidades de formação e de trabalho para os jovens, bem como de políticas sociais para abordar efetivamente o problema, fomentou o descontentamento da população, e ajudou a marginalizar ainda mais as ex-crianças soldados (Britannica, 2019). Mais recentemente, o governo de George Weah (2018-) também sofre com a crise econômica herdada do governo anterior, além de críticas por suas falhas em lidar com a corrupção e a impunidade no país (Paye-Layleh, 2019).

Assim, o desafio de reintegrar as ex-crianças soldados possui, até hoje, grandes dimensões dentro da sociedade liberiana, devido à sua participação expressiva na composição da população, e no fato de que as consequências de suas ações jamais poderão ser revertidas. A chegada desta geração à idade adulta – um momento crucial para o processo de reabilitação e reintegração, por depender de sua reação frente ao seu próprio passado – demonstrou que os homens e mulheres coagidos a lutar durante suas infâncias permanecem presos entre o passado e o futuro, incapazes e indispostos a abandonar sua identidade de guerra, por acreditar que esta era a única coisa a lhes fornecer um propósito na vida (MacDougall, pp. 5 e 7). Isso demonstra que, apesar de o trabalho de reconstrução das comunidades e de auxílio a todos os afetados pelas guerras civis ser árduo, é o único mecanismo realmente eficaz para assegurar os direitos das crianças, evitando um novo recrutamento (Tate, 2004, p. 30).

Graduanda do Curso de Relações Internacionais da UNESP – Campus de Marília/SP e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Conflitos Internacionais (GEPCI). Bolsista do PIBIC/CNPq.

Guerra, M.E. “A questão das crianças-soldado na Libéria”. UNESP/REBRAPAZ. Publicado em 20/07/2020. Disponível em: <https://rebrapaz.com/o-que-pensamos/>.